



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

---

**Processo n.:** 1092091  
**Natureza:** Prestação de Contas – Executivo Municipal  
**Jurisdicionado:** Município de São Francisco do Glória  
**Exercício:** 2019  
**Responsável:** Walace Ferreira Pedrosa

Senhora Procuradora-Geral,

1. O Tribunal de Contas, na sessão de 2/2/2021, emitiu Parecer Prévio pela aprovação das contas e o encaminhou ao Legislativo Municipal para o julgamento previsto no art. 180 da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.
2. Vieram os autos a este Ministério Público para análise da legalidade do referido julgamento.
3. O Legislativo Municipal, composto de 9 (nove) vereadores, julgou as referidas contas na sessão do dia 21/6/2021, conforme Ata e Decreto Legislativo n. 01/2021.<sup>1</sup>
4. Com a presença de 9 (nove) edis, as contas foram aprovadas por unanimidade de votos, acompanhando o Parecer Prévio do Tribunal.
5. Considerando que o julgamento realizado pelo Legislativo Municipal atendeu aos preceitos legais, em especial ao art. 31 da CR/88 c/c o art. 44 da Lei Complementar n. 102/08, verifica-se que o processo encontra-se apto a ser encaminhado ao arquivo, nos termos do respectivo acórdão.

Belo Horizonte, 27 de julho de 2021.

**Kátia Guimarães Barreto Barcellos**

Coordenadora de Acompanhamento de Ações do Ministério Público de Contas  
(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)

---

<sup>1</sup> Embora esteja escrito Projeto de Decreto Legislativo, é possível verificar que se trata de erro formal, tendo em vista que o referido documento reflete o resultado do julgamento das contas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Gabinete da Procuradora-Geral Elke Andrade Soares de Moura

---

**Processo n.:** 1092091  
**Natureza:** Prestação de Contas – Executivo Municipal  
**Jurisdicionado:** Município de São Francisco do Glória  
**Exercício:** 2019  
**Responsável:** Wallace Ferreira Pedrosa

À Coordenadoria de Arquivo e Gestão de Documentos,

Tendo em vista que, após análise técnica da documentação acostada, restou constatado pela Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público de Contas que o julgamento realizado pelo Legislativo Municipal atendeu aos preceitos legais, este Ministério Público de Contas remete os presentes autos a essa unidade para arquivamento.

Belo Horizonte, 27 de julho de 2021.

**Elke Andrade Soares de Moura**

Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas  
(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)